

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1362426 - MG
(2018/0236006-9)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ITUIUTABA

PROCURADORE : OLÍVIO GIROTTI NETO - MG109909

S

IRIS CRISTINA FERNANDES VIEIRA - MG140037

DANIEL RICARDO DAVI SOUSA - MG094229

LAILA SOARES REIS - MG093429

HAIALA ALBERTO OLIVEIRA - MG098420

ROBERTA CATARINA GIACOMO - MG120513

ANDERSON DE CASTRO E CORDEIRO - MG145820

RENATA SOARES SILVA - MG141886

AGRAVADO : SEI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A

ADVOGADOS : JEAN CARLOS FERNANDES - MG073033

**CARLOS EDUARDO ROCHA CRUZ E OUTRO(S) -
MG073238**

**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

EMENTA

**PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. DISSÍDIO
JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE
INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO SOBRE O QUAL SE ALEGA
INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.**

1. O conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e a demonstração do dissídio mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator